

Dívida, crise e consenso

Ext

Marcílio Marques Moreira

Bruno Liberati



problema do endividamento atingiu tal gravidade e premência, que só pode ser alcançado passando-se por percurso que em suas etapas principais, vislumbro, grosso modo, da seguinte maneira:

1º — Nossos atrasados com os bancos comerciais, com fornecedores comerciais e com os provedores de empréstimos-ponte já devem ultrapassar hoje 5 bilhões de dólares. Não obstante o grau de boa vontade, compreensão e auto-interesse dos credores, é possível detectar dois tipos de atrasos que parecem estar ultrapassando a margem de tolerância: de um lado, o de pagamentos pela importação de matérias-primas, insumos intermediários e componentes industriais cujos estoques de segurança já atingiram níveis críticos, o que também pode estar ocorrendo em relação aos combustíveis líquidos. Tal situação ameaça comprometer o abastecimento do mercado interno e o de exportação de fertilizantes, produtos químicos e farmacêuticos, e de muitos bens duráveis de consumo ou de investimento que dependem de parcela pequena, o atraso em matéria de juros da dívida pública e privada, ameaça causar impacto sobre os balanços de muitos bancos credores do Brasil com conseqüências dano-

sas, o que poderia vir a estreitar a margem de manobra daquelas entidades para qualquer negociação futura.

Em decorrência, acredito ser necessário empreender esforços não só para o descongelamento das parcelas retidas pelo FMI e do Projeto I dos bancos comerciais, como para, uma vez pagos os empréstimos-ponte do BIS e dos bancos comerciais, conseguir antecipação do desembolso de cerca de 3 bilhões de dólares para regularizar parte substancial dos atrasados, que se tornaram em fator de inibição adicional dos fluxos financeiros e comerciais.

2º — Em paralelo, há que ser detalhado e formalizado o programa para o restante de 1983 e para o ano de 1984, de US\$ 2 bilhões com o *Clube de Paris*, assim como a rolagem de todas as amortizações vencíveis ou garantias governamentais da ordem de 2.7 bilhões de dólares.

3º — Uma vez ultrapassadas essas etapas, a primeira de *emergência*, a segunda de *transição*, precisaremos encarar a terceira: a de *consolidação*, impensável sem aquela estratégia interna mais abrangente e de longo prazo, e sem avanços institucionais no campo internacional.

Não precisamos apenas de uma *estratégia coerente*, mas também de uma *tática articulada* que lhe seja simétrica.

Teremos de partir da escolha do problema de endividamento (e da oportunidade de captar poupanças externas) como uma das quatro prioridades econômicas nacionais, ao longo do combate à inflação, a reversão da situação de recessão e desemprego e ao menos o alívio das situações mais graves de sofrimento e tensão social.

Prioridade não significa, entretanto, exclusividade, e há que ser elaborada política que possibilite um acompanhamento diuturno desse problema, sem esquecimento dos outros e sem menosprezo de uma visão de longo prazo, se não quisermos ficar prisioneiros da própria administração da crise, que, paradoxalmente, tende a perenizar-se num círculo vicioso, em vez de representar passos seqüenciais no encaminhamento de soluções para o problema.

Quanto a melhorias de natureza institucional do sistema financeiro internacional, não têm faltado idéias. Essas propostas giram, de maneira resumida, em torno de três conceitos:

1) — A de condicionar pagamentos de principal e juros à capacidade de pagar expressa em uma percentagem das exportações ou do superávit das contas correntes exclusive juros.

2) — A de encarregar entidade internacional, já existente (FMI ou BIRD) ou criar, de adquirir com *deságio* créditos dos bancos comerciais dos países em desenvolvimento, trocando-se por *bônus de mais longo prazo, juros menores e custos fixos*.

3) — Instituir *sistema de garantia*, também por entidades existentes ou a criar, em forma de *aval, seguro ou atestado de viabilidade*, que permita a continuidade do crédito futuro aos países em desenvolvimento. Se no esquema anterior os bancos comerciais trocariam uma perda, em forma de *deságio*, pela maior segurança de seus ativos, neste eles repassariam parte de seus *spreads*, como prêmios de seguro.

Enquanto batalhamos pela melhoria das condições de pagamento da dívida a fim de ganhar *tempo* para pagar, e *espaço* para ajustar nossa economia, temos de empreender busca incessante de solução consensual interna em torno daquilo que Hauriou chamava com rara felicidade de *a idéia da obra de realizar*, com a mobilização de todas as forças vivas do país.

ESSA busca do consenso através do diálogo e negociação é urgente e prioritária para que possamos superar — e não tenhamos dúvidas que podemos fazê-lo — o momento da crise em que nos encontramos. E, para que possamos *resgatar a esperança no futuro do país*, trabalhando todos juntos — de maneira articulada, mas não uniforme — na construção do *Brasil pós-crise*. Evitaremos, assim que, atropelados pela premência da crise, acabemos sufocados por um *dirigismo estatal sem direção*, uma *economia de livre mercado sem liberdade* e um *país destinado a crescer*, mas *ancorado na estagnação*.

É esta a dimensão do desafio que se nos apresenta e que devemos, e podemos, sobrepujar, com inteligência, coragem, competência técnica e sabedoria política.

Marcílio Marques Moreira é vice-presidente do Unibanco